



Dia Mundial do Meio Ambiente

Porto Alegre, quinta-feira, 5 de junho de 2025 | Caderno especial do Jornal do Comércio

TÂNIA MEINERZ/JC



EMPRESAS E GOVERNOS BUSCAM FORMAS DE ATINGIR METAS AMBIENTAIS

Debates são intensificados em meio a desafios e no ano em que o Brasil vai sediar a conferência mundial do clima COP30

ENTREVISTA

‘ESG não é agenda acessória’, diz líder empresarial do Brasil na COP30

Presidente do CEBDS, colegiado que reúne grandes grupos nacionais, destaca busca por resultados práticos

LORAINE LUZ

Integração de políticas públicas, desenvolvimento de insights confiáveis, ampliação de financiamento sustentável, assistência técnica no campo e maior articulação intersetorial são as frentes nas quais o Brasil precisa avançar para confirmar seu protagonismo na agenda da sustentabilidade global. É o que aponta a economista Marina Grossi, pioneira no tema no cenário empresarial do País. Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), foi nomeada, em maio, enviada especial do Setor Empresarial pela Presidência da COP30.

“Estamos mobilizando nossas empresas associadas para que cheguem a Belém com resultados tangíveis, especialmente nas três trilhas prioritárias definidas pelo CEBDS: bioeconomia, sistemas agroalimentares regenerativos e descarbonização. É por meio de alianças estratégicas e ações coordenadas que o setor privado pode deixar um legado real de transformação”, afirma.

O CEBDS reúne mais de 120 dos maiores grupos empresariais do País. Segundo Marina, o papel da entidade é garantir que o engajamento seja consistente, estratégico e colaborativo, com avanços setoriais que possam escalar soluções e influências políticas públicas.

Jornal do Comércio – Quais são os erros mais comuns que as empresas cometem ao tentar implementar políticas ESG?

Marina Grossi – Um erro recorrente é tratar a sustentabilidade como algo restrito. Ou

restrito a uma única área da empresa, quando deveria estar no centro da estratégia de negócios. ESG não é uma agenda acessória, é uma lente pela qual a empresa precisa reavaliar suas operações, riscos e oportunidades de longo prazo. Quando essa integração não acontece, as iniciativas perdem força, desconectam-se das decisões estratégicas e têm impacto pouco real.

JC – O que distingue a empresa que está comprometida?

Marina – A governança robusta da agenda, com envolvimento de alta liderança, metas claras e mecanismos de acompanhamento. São organizações que entendem que sustentabilidade é fator de competitividade e estão dispostas a recompensar modelos de negócio, cadeias de valor e relações com seus públicos de interesse. Nesse processo, transparência e disposição para aprender e



Entre associadas ao CEBDS com sede gaúcha, temos bons exemplos, como Renner, CMPC e Yara Fertilizantes

evoluir continuamente fazem toda a diferença.

JC – Um ano após a tragédia climática no Rio Grande do Sul, quais lições do ESG podem ser incorporadas por empresas que atuam em regiões vulneráveis a eventos extremos?

Marina – A tragédia no Rio Grande do Sul foi um alerta brutal de que o tempo de agir é agora. As empresas precisam



Marina Grossi lidera o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

incorporar a gestão de riscos climáticos nas suas decisões estratégicas, com planos de adaptação robustos e políticas de resposta rápida. Mas também é preciso olhar além da emergência: investir em resiliência, apoiar comunidades vulneráveis, conservar e restaurar ecossistemas. ESG não é apenas sobre mitigação, é sobre prevenir novas tragédias através da adaptação e construir um futuro mais seguro e justo para todos.

JC – Que empresa gaúcha se destaca na agenda ESG?

Marina – Entre associadas ao CEBDS com sede gaúcha, temos bons exemplos. A Renner foi pioneira na adoção das normas internacionais IFRS S1 e S2, integrando riscos climáticos à sua estratégia de negócios, investindo em lojas circulares e rastreando sua cadeia de quantidade, e planeja neutralizar suas emissões até 2050. A Azzas 2154, maior grupo de moda da América Latina, assumiu metas planejadas à Science Based Targets Initiative (SBTi), adotando logística reversa e exigência de rastreabilidade total do couro e do algodão. Já a chilena

CMPC, com sede brasileira no Estado, vem aplicando padrões ESG específicos com seus fornecedores, sendo reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Temos ainda a Yara, de origem norueguesa e com sede brasileira em Porto Alegre, que tem iniciativas voltadas para o desenvolvimento de fertilizantes de origem orgânica, a redução de sua pegada de carbono e atua em parceria com a Embrapa para promoção de soluções de agricultura sustentável. Também podemos citar o longo histórico de atuação em sustentabilidade do setor cooperativista no Rio Grande do Sul, com organizações como o Sicoob, que hoje está em todo o Brasil.

JC – Como a agenda ESG pode avançar no Brasil diante da resistência política e econômica em torno de regulamentações como o mercado de carbono?

Marina – A agenda ESG já é uma realidade no Brasil, não apenas por conclusões, mas por necessidade competitiva. O avanço dessa pauta passa por mostrar que alinhar planos

de transição corporativa, aprimorar o arcabouço jurídico e avançar em regulação não são obstáculos, mas alavancas de desenvolvimento. A regulamentação do mercado de carbono, por exemplo, pode colocar o Brasil na vanguarda de uma economia de baixo carbono, gerando investimentos, inovação e empregos. O que buscamos no CEBDS é justamente esse alinhamento entre ambição climática e pragmatismo econômico, envolvendo empresas, governo e sociedade civil em soluções viáveis e escaláveis.

JC – Sobre a necessidade de uma transição energética justa. O que significa “justa” nesse contexto?

Marina – Uma transição energética justa é aquela que reduz emissões, mas também corrige desigualdades históricas e gera oportunidades para todos. Isso significa garantir que a energia limpa seja acessível, beneficiando diferentes grupos de consumidores, incluindo os mais vulneráveis. Inclui também o respeito aos direitos das comunidades impactadas, a garantia da qualificação profissional e a geração de empregos verdes em larga escala. Para o setor privado, isso não é custo, é investimento em estabilidade social e licença para operar no longo prazo. O Brasil tem uma matriz energética limpa e uma vocação natural para liderar essa transição com justiça e competitividade.

JC – Quais foram os resultados práticos da iniciativa “Empresários pelo Clima”?

Marina – O movimento “Empresários pelo Clima”, lançado pelo CEBDS em 2021, surgiu como uma resposta estratégica ao agravamento da crise climática e à crescente pressão internacional sobre o Brasil. Os resultados foram expressivos. Ao contrário do que se viu na Conferência anterior, o Brasil saiu da COP26 com metas mais ambiciosas: aumentou sua meta de redução de emissões de 43% para 50% até 2030, reafirmou o compromisso com a neutralidade de carbono até 2050 e aderiu a acordos multilaterais importantes, como os compromissos globais sobre florestas e sobre metano.

EXPEDIENTE

■ **Editor-Chefe:** Guilherme Kolling (guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br) ■ **Editores-executivos:** Fernanda Crancio (fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br) e Mauro Belo Schneider (mauro.belo@jornaldocomercio.com.br) ■ **Reportagem:** Loraine Luz ■ **Colunista:** Bruna Suptitz

05 de junho
Dia Mundial do Meio Ambiente

Somos a *Natureza*

A natureza é o maior valor do nosso planeta. Ela sustenta a vida, cria a biodiversidade e nos dá recursos que transformamos em desenvolvimento. Cuidar do meio ambiente é investir em um futuro sustentável.

Essa é uma prática comum na CMPC. Há mais de 30 anos, o Hub CMPC de Economia Circular transforma 100% dos resíduos do processo industrial da nossa unidade, em Guaíba, em mais de 13 novos produtos.

Desde 2019, assumimos compromissos de sustentabilidade com as próximas gerações. Em nível global, a CMPC busca diminuir em 25% o uso de água nos processos industriais, reduzir em 50% as emissões atmosféricas e acrescentar novos 100 mil hectares de área de conservação.

Nossa visão de futuro é de uma sociedade em que todos são engajados com práticas sustentáveis. Porque somos parte da natureza.

cmipc  **VIVA
o NATURAL**

REPORTAGEM ESPECIAL

Avanços e desafios de grandes empresas no Rio Grande do Sul na área ambiental

Grupos empresariais estabelecem metas para se tornarem mais sustentáveis

LORAINE LUZ

Destaques recorrentes na categoria Marca Gaúcha Ambiental da pesquisa Marcas de Quem Decide, promovida pelo Jornal do Comércio, as empresas CMPC, Gerdau, Corsan Aegea, Be8 e a Proamb compõem uma mostra do que companhias em solo gaúcho estão fazendo quando o tema é sustentabilidade. A seguir, um resumo dos avanços ou consolidações em ESG no último ano, os compromissos assumidos por cada uma e as metas que estão envolvidas a curto ou médio prazo.

CMPC

Área: produção de celulose

Meta

● As metas mais desafiadoras no momento são reduzir em 25% o uso de água nos processos industriais e em 50% as emissões de gases de efeito estufa, além do acréscimo de novos 100 mil hectares de área de conservação até 2030. Além disso, se tornar uma companhia com zero resíduo em aterros sanitários até o final deste ano.

Conquistas

● No final do ano passado, foi reconhecida como a empresa mais sustentável do mundo no setor florestal pela segunda vez consecutiva, de acordo com o Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

Outros destaques

● O Hub CMPC de Economia Circular no município de Eldorado do Sul (foto), em parceria com a empresa Vida, transforma 100% dos resíduos do processo industrial da unidade de Guaíba em mais de 13 novos produtos, entre os quais fertilizante orgânico para o solo, chapas de

madeira MDF, matéria-prima para produção de cimento, palmilhas de calçados e caixas de ovos.

● No final do ano passado, ficou oficialmente concluído o BioCMPC, projeto que tornou a unidade de Guaíba referência mundial na

área, graças as 31 ações de controle ambiental, gestão ambiental e modernização operacional, entre as quais a instalação do Centro de Controle Ambiental e o desligamento da caldeira de força à carvão, que reduziu cerca de 60% as emissões dos gases de efeito estufa.



CMPC/DIVULGAÇÃO/JC

Be8

Área: produção e comercialização de biodiesel

Meta

● Tornar-se carbono neutro nos escopos 1 e 2 até 2030, em cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 13, estabelecido entre as metas globais pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 como parte da Agenda 2030. Para isso, a empresa desenvolveu, em 2023, uma Trilha de Descarbonização, conduzida em parceria com a consultoria Ecofinance Negócios.

Conquistas

● A principal conquista em 2024 foi a redução de

emissões totais maior do que a projetada pela empresa, superando em 10,70%. Dentre as ações que impactaram as emissões de escopo 1, destacam-se as melhorias realizadas no sistema de tratamento de efluentes de Passo Fundo (RS), reduzindo tanto o volume de efluentes como a carga orgânica da entrada das lagoas anaeróbias da unidade, o que colaborou com a redução de emissões de 1.988 tCO₂e (-15%) no tratamento de efluentes da Be8.

● Outro ponto é a certificação I-RECs (International Renewable Energy Certificates), que garantiu a origem 100% renovável da energia elétrica da unidade de Marialva. Por

fim, a empresa cumpriu com folga seu principal objetivo em 2024: a redução de 365 tCO₂e decorrentes do uso do cavaco de madeira, ultrapassando a projeção de 84 tCO₂e.

Outros destaques

● Houve menos uso de cavaco de madeira nas caldeiras, tanto na unidade de Marialva-PR (-21%) quanto em Passo Fundo (-7%), em virtude de um projeto junto aos fornecedores de adequação do cavaco para a melhoria da eficiência, o que resultou em uma redução de 449 tCO₂e (-10,2%) na combustão.

● Uso do Be8 BeVant substituiu em 100% o diesel fóssil em equipamentos móveis na

unidade de Passo Fundo a partir de dezembro.

● Em 2024, a Be8 implementou sistemas de geoprocessamento para garantir a rastreabilidade da soja desde sua origem, assegurando que nenhum hectare de floresta tenha sido desmatado para sua produção.

● Avanços na política de compra de biomassa florestal, primando pela qualidade do cavaco (granulometria e umidade), permitiram que a rastreabilidade do cavaco saltasse de 40% para 100% em 2024, uma exigência que contribuiu para a conquista da certificação California Air Resources Board (CARB), anunciada no começo de abril deste ano.

● Em 2024, mais de 43% da matéria-prima da produção de biodiesel vieram de propriedades rurais consideradas de agricultura familiar, conforme critérios do programa brasileiro do Selo Biocombustível Social. Nos últimos 10 anos de participação da Be8 no programa, mais de 16 mil famílias foram impactadas de forma direta e indireta.

● Como parte do Programa Crédito de Fornecedor Sustentável Be8, 95 fornecedores de gordura animal, óleo de cozinha usado (UCO) e grãos de soja foram beneficiados em 2024 com o pagamento de 32.100 Créditos de Descarbonização (CBIOS), representando um aumento de 134% comparado ao ano anterior.



Gerdau

Área: produção e comercialização de aço, em diversos segmentos como construção, indústria automotiva, de máquinas, naval e de energia.

Meta

O maior desafio da agenda ESG é a descarbonização da cadeia de valor, que exige transformações que vão desde o processo produtivo até o acesso à tecnologia e fontes de energia limpa.

A meta para 2031 é reduzir as emissões de carbono para 0,82 tonelada de CO₂e. A ambição da companhia é ser carbono neutro em 2050.

Conquistas

Em janeiro, anunciou aquisição da totalidade das ações da Rio do Sangue S.A e da Paranatinga Energia S.A, detentoras, respectivamente, das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) Garganta da Jararaca e Paranatinga II, ambas no Mato Grosso. Juntas, atenderão cerca de 8% da demanda energética das operações da Gerdau no Brasil.

A empresa também avança em projetos de geração solar, com parques em Minas Gerais e Goiás.

Atualmente, a Gerdau obtém cerca de 66% de sua energia elétrica a partir de fontes renováveis e de baixa emissão.

A empresa utiliza energia elétrica autodeclarada, que é proveniente da participação na usina hidrelétrica Dona Francisca Energética S.A, localizada entre os municípios de Agudo e Nova Palma (RS), que corresponde a cerca de 7% do consumo de todas as operações da Gerdau no Brasil.

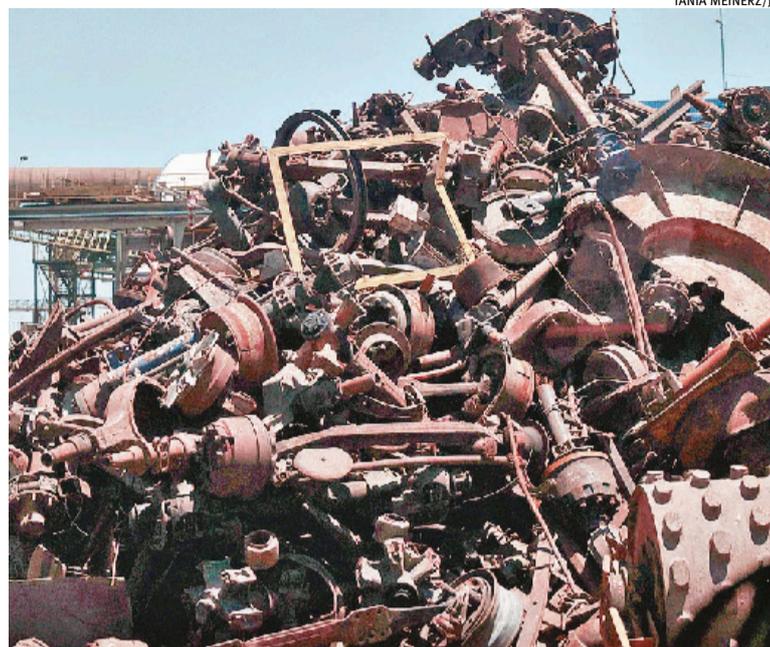
Outros destaques

A empresa é a maior recicladora da América Latina, utilizando a sucata como matéria-prima (foto ao lado): 70% do aço produzido em toda sua operação são originados desse material (nos EUA, produz aço exclusivamente a partir de sucata metálica).

Anualmente, cerca de 10 milhões de toneladas de sucata são transformadas em diversos produtos de aço. Para cada tonelada de sucata reciclada, evita-se a emissão de 1,5 tonelada de CO₂.

É a maior produtora de carvão vegetal do mundo, com mais de 250 mil hectares de base florestal em Minas Gerais.

Direcionou R\$ 51,4 milhões para a reconstrução do Rio Grande do Sul pós-enchente, em diferentes municípios, junto às comunidades onde atua - incluindo reforma de 13 escolas em Charqueadas e Sapucaia do Sul.



TÂNIA MEINERZ/JC

Ajudou na recuperação de cooperativas de reciclagem parceiras afetadas pela enchente.

Além disso, transformou veículos, equipamentos e máquinas danificadas na enchente em aço, cerca de 30 mil toneladas de sucata.

Doou 30 toneladas de aço

para a reconstrução de 11 pontes nas regiões da Serra e do Vale do Taquari, realizada com a Randoncorp.

Toda a sucata metálica gerada pelas operações da Randoncorp é enviada diretamente para a usina Gerdau em Charqueadas, para gerar aço. A parceria reaproveita outros resíduos industriais, evitando o envio para aterros.



Unindo culturas e natureza em defesa do bem viver e da sociobiodiversidade

Em meio à década da restauração ecológica da ONU, comunidades Guarani protagonizam ações de viveirismo, reflorestamento e produção sustentável com apoio do IECAM e patrocínio da Petrobras através do Programa Petrobras Socioambiental.

O Projeto Ar, Água e Terra é realizado com dez aldeias Guarani, em dez municípios do Rio Grande do Sul, abrangendo uma área de mais de três mil hectares nos biomas Mata Atlântica e Campos Sulinos/Pampas.

A equipe é composta por indígenas e não indígenas com diversas áreas de formação e atuação, utilizando uma metodologia de construção participativa, proporcionando a troca interdisciplinar e intercultural de saberes tradicionais, técnicas e práticas sustentáveis.

O projeto é realizado pelo IECAM – Instituto de Estudos Culturais e Ambientais e Aldeias Guarani.

Entre as atividades do Projeto, com o objetivo central de alcançar a **gestão sustentável dos territórios indígenas**, destacam-se:

- Viveirismo;
- Reconversão produtiva (agroecológica) com foco na segurança alimentar;
- Mapeamento e etnomapeamento dos territórios indígenas;
- Troca de saberes tradicionais, sementes e mudas entre as aldeias;
- Realização de rodas de conversa, encontros, oficinas e trilhas para intercâmbio de técnicas, práticas e conhecimentos entre indígenas e não indígenas;
- Espaços de escuta e diálogo com protagonismo guarani;
- Recuperação ambiental, através do plantio de espécies importantes na tradição guarani, utilizadas na alimentação, saúde, moradias, artesanato e em cerimônias.

HA'EVETE!

SEGUIMOS!

ProjetoArAguaETerra

@projetoar_agua_e_terra

www.projeto.iecam.org.br

iecambrasil

@iecambrasil

www.iecam.org.br

Realização:



Patrocínio:



Corsan Aegea

Área: abastecimento, coleta e tratamento de esgoto

Meta

Entre as metas ambiciosas da Aegea, controladora da Corsan, está o desafio de, até 2030, reduzir em 15% o consumo específico de energia (medido em kWh/m³) em suas operações, meta vinculada à emissão de Sustainability-Linked Bonds (SLB), uma operação inédita para empresas de saneamento no Brasil.

Conquistas

- Atualmente, 98% da energia consumida pela companhia já provém de fontes renováveis.
- Em parceria com a Elera Renováveis, desde janeiro deste ano, o complexo fotovoltaico em Janaúba/MG, o maior do Hemisfério Sul, fornece 144 MWp para a Corsan, o que representa 85% do consumo da companhia.
- Também houve investimento em geração solar fotovoltaica com usinas em Itaqui e Tapes, esta última com previsão de início em dezembro de 2025. Juntas, essas usinas serão responsáveis por compensar 29%

do consumo de baixa tensão.

- Entre os projetos de Geração Distribuída em operação, destaca-se a usina de biomassa em Itaqui, que utiliza casca de arroz. Por causa desses projetos, a transição da Corsan para uma matriz energética 100% limpa deve ser concluída até o final de 2025.

Outros destaques

- Ganho de eficiência de cerca de 7% na distribuição de água após a pesquisa, identificação e eliminação de 23 mil vazamentos em mais de 25 mil quilômetros de extensão de redes.
- Redução das perdas aparentes causadas por fraudes, submedição e ocupações irregulares com a troca média diária de cerca de mil hidrômetros.
- Automação de 50% dos processos contribuindo na redução de 40% dos cerca de 20 mil vazamentos mensais já em 2024. Meta é atingir 100% nos próximos cinco anos.
- Economia de 30 milhões de metros cúbicos de água por ano com a modernização dos sistemas de distribuição de água.

- O Programa Vem Com a Gente leva orientação e serviços de saneamento a comunidades vulneráveis, regularizando o abastecimento e promovendo o uso consciente da água. Implementado em fevereiro do ano passado, em Alvorada, o programa já atendeu cerca de 78 mil moradores dos bairros Umbu, Industrial e Piratini e a expectativa é de que mais de 250 mil sejam beneficiadas em 11 bairros nos próximos dois anos.
- Respeito Dá o Tom é um programa de diversidade e igualdade racial criado em 2017 pelo Grupo Aegea, cuja meta, até 2030, é o aumento de 17% para 27% da representatividade de talentos negros em cargos de liderança e de 32% para 45% a participação de mulheres na liderança.
- O Programa Jovem Aprendiz Aquarela é a primeira formação de aprendizes em saneamento da história da companhia, com dois cursos técnicos: Gestão Ambiental e Eletromecânica. Em parceria com o Instituto Pão dos Pobres e o Senai, a primeira edição teve 42 jovens inscritos em janeiro. Serão dois anos de aulas.

Proamb

Área: engenharia ambiental, gestão ambiental e desenvolvimento de soluções sustentáveis

Meta

A mitigação da pegada de carbono é a maior meta. A empresa criou o selo “Proamb Reconhece”, que certifica a redução das emissões de gases de efeito estufa de clientes por meio do coprocessamento. O processo ocorre nos fornos da indústria cimenteira, onde o CDR (Combustível Derivado de Resíduos) da própria empresa substitui parcialmente o coque de petróleo na queima do clínquer. Essa substituição elimina passivos ambientais e reduz em mais de 15% as emissões de gases. Durante a 10ª edição da Fiema Brasil, a ProAmb

reconheceu os 50 principais clientes que destinaram, de forma responsável, mais de 100 toneladas de resíduos para coprocessamento em um único ano.

Conquistas

- Em 2024, a empresa realizou o primeiro inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) da unidade de blendagem para coprocessamento. As informações foram submetidas ao Registro Público de Emissões da FGV, plataforma que divulga dados reportados voluntariamente por empresas com base em metodologias reconhecidas internacionalmente, como o GHG Protocol. Como resultado, conquistou o Selo Prata para essa unidade de negócio.

Outros destaques

- Mais de 150 mil metros cúbicos de resíduos foram descaracterizados e eliminados do meio ambiente, sem destinação em aterros.
- Foram substituídas mais de 25 mil toneladas de coque de petróleo por combustível derivado de resíduos, contribuindo diretamente para a economia de combustíveis fósseis.
- A empresa evitou que mais de 70 mil m³ de resíduos fossem dispostos de forma inadequada, garantindo a segurança do solo e da água.
- Redução de mais de 30 toneladas de CO₂ nas operações, graças ao uso exclusivo de energia elétrica de fontes limpas e renováveis.
- 100% dos efluentes laboratoriais gerados foram tratados.

ENTREVISTA

Líderes são decisivos para impacto ambiental positivo de negócios

ISABEL WHITAKER/IDEIA SUSTENTÁVEL/DIVULGAÇÃO/JC



Segundo Voltolini, adotar a agenda ESG não depende de ter mais ou menos recursos

LORAINÉ LUZ

A sustentabilidade empresarial passou por um salto de visão nos últimos 15 anos. Primeiro, sob o conceito de responsabilidade social, os líderes se contentavam em apenas compensar os impactos sociais e ambientais de suas empresas. Há 10 anos, passaram a atuar para zerar os impactos. Nos últimos cinco, sob a expansão do ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), surgiu a ideia de deixar um resultado positivo para meio ambiente e sociedade – o conceito de regeneração.

O resumo temporal é feito por Ricardo Voltolini, CEO da consultoria Ideia Sustentável, fundador da Plataforma Liderança com Valores e autor de livros como “Vamos Falar de ESG? - Provocações de um pioneiro em sustentabilidade empresarial” (Editora Voo, 2021) e “Conversas com Líderes Sustentáveis” (Senac, 2011).

Nos primeiros casos, destaca, as empresas estavam motivadas pela convicção (movimento de dentro para fora) de fazer diferença para um mundo melhor. Nos tempos de ESG, o movimento acontece por conveniência (pressão dos mercados e regulações) ou por constrangimento (pressão dos parceiros de negócio e clientes). “Nesses dois últimos casos, as empresas procuram fazer o mínimo para atender aos protocolos. Seus líderes não incorporam ESG à estratégia do negócio, procrastinam decisões que envolvem investimento presente, abrem mão de planejamento e não assumem compromissos

com ações, metas e métricas”, avalia.

Jornal do Comércio – Quais os maiores entraves que as empresas brasileiras ainda enfrentam para incorporar o ESG de forma autêntica e estratégica – e não apenas como discurso?

Ricardo Voltolini – Segundo o argumento das empresas resistentes ao tema em todo o mundo, a agenda ESG impõe burocracia, custo e desperdício de foco e energia que poderiam ser melhor utilizados para gerir o negócio. A principal reclamação é que as regulações pró-ESG e o seu pacote de obrigações (metas, métricas, compromissos) sobrecarregam as empresas e prejudicam a atividade econômica em tempos de crise. Isso explica o atual movimento anti-ESG, nascido nos Estados Unidos, mas com seguidores no Brasil, que resiste a ideias consideradas boas como a diversidade, equidade e inclusão, o uso de energias renováveis, o controle preventivo da cadeia de fornecimento e a descarbonização das operações. Um grande entrave à melhor incorporação no ESG nos negócios se refere ao pensamento econômico predominante nas empresas. Reprodutores de ideias da Escola de Chicago, do século passado, os líderes atuais ainda trabalham para obter a maior receita possível no menor tempo possível e ao menor custo possível. O problema é que não se consegue combinar menor tempo com menor custo sem deixar um enorme rastro de externalidades, como mudanças climáticas, esgotamento de recursos naturais



e desigualdades. Orientados por uma visão imediatista (de entrega trimestral de resultados a acionistas), resistem em assumir no presente os custos da atividade empresarial para a natureza e a sociedade. E empurram a conta para as futuras gerações. Como diz Paul Polman, ex-CEO da Unilever e um porta-voz global do ESG, não faltam dinheiro nem tecnologia para gerar impacto positivo nos negócios. Falta liderança.

JC – Como pequenas e médias empresas podem começar a aplicar princípios ESG mesmo com recursos limitados?

Voltolini – Adotar ESG não depende de ter mais ou menos recursos. A extensão da responsabilidade de uma empresa é proporcional ao seu porte e aos seus impactos. Pequenas e médias empresas não são obrigadas a reportar práticas de ESG. Elas se aplicam preferencialmente às empresas de capital aberto. No entanto, a lógica de identificar os temas materiais e adotar práticas para eliminar,

minimizar ou compensar os impactos ambientais, sociais e de governança mais críticos contribui para reduzir riscos e tornar mais eficiente a gestão das pequenas e médias empresas. Recomendo sempre que comecem com ações de ecoeficiência, como gestão de água, energia e desperdícios, porque isso não só melhora o meio ambiente, mas também resulta em redução de custos. Outro aspecto da gestão do S do ESG diz respeito ao cuidado com os colaboradores. As pequenas e médias empresas, mais do que qualquer outro segmento, sabem quão importante é manter os colaboradores e boas relações com a comunidade. Por isso, ganham muito quando cuidam de suas pessoas assegurando salário digno, condições de desenvolvimento, saúde (inclusive a mental) e segurança (inclusive a psicológica) no trabalho. E se beneficiam, na forma de bom ambiente de negócios, quando investem na conservação de uma praça ou em doações para iniciativas sociais

do seu território.

JC – Em sua experiência com grandes corporações, quais práticas de sustentabilidade fazem diferença e podem servir de modelo a outras empresas?

Voltolini – Sempre funcionam melhor as práticas que decorrem de uma ligação muito clara com os temas materiais da empresa – impactos ambientais, sociais e de governança que, se não forem bem cuidados, podem gerar perdas financeiras para o negócio. Logo, as ações variam em grau de importância conforme o porte da empresa, o tipo de negócio e o seu estoque de passivos socioambientais. Na média, há um conjunto de práticas que devem ser observadas, com maior ou menor ênfase, em qualquer empresa. Na dimensão ambiental, a ecoeficiência (melhor uso de recursos como água e energia, mais circularidade, menos resíduos e desperdícios) e a descarbonização, para a redução das emissões de gases de efeitos estufa – grande desafio no



Pequenas e médias empresas sabem quão importante é manter os colaboradores e boas relações com a comunidade

século 21. Na dimensão social, destaco desenvolvimento integral dos colaboradores, salário digno, diversidade, equidade e inclusão, saúde mental, direitos humanos, investimento social nas comunidades e cadeia de valor responsável. E, na governança, o código de ética, as políticas de compliance, a estrutura de governança da sustentabilidade e o reporte das ações auditado por terceira parte.

JC – Qual o papel do

consumidor e da pressão social na consolidação de práticas ESG nas empresas brasileiras?

Voltolini – É muito importante, mas há uma expectativa muitas vezes exagerada em relação a ele. As regulações de mercado têm se mostrado instrumentos de pressão mais bem-sucedidos. Explico: há mais de duas décadas acompanho as pesquisas que mostram a evolução do comportamento de consumo consciente pelo brasileiro. Há uma curva ascendente, pelo menos no que se refere à intenção de premiar e punir empresas segundo o seu compromisso com a sustentabilidade, principalmente entre as novas gerações. Entre a intenção e a atitude concreta, porém, ainda parece haver um abismo, devido a um conjunto complexo de fatores – custo, cultura, incentivo material, falta de hábito, valorização efetiva do tema. As regulações de mercado que vieram com maior força neste período de ESG têm funcionado melhor como pressão.



Educação é transformação.

SinplastRS

O presente e futuro conversam quando escolhemos a ciência, e não as fake news. Informar, aprender e agir é o caminho para proteger o meio ambiente. E a indústria do plástico trabalha por isso...

**PELA VERDADE.
PELA SUSTENTABILIDADE.
PELA CIRCULARIDADE.**

Faça você também a sua parte! Dê o destino correto aos resíduos. Ao invés de proibir, eduque.

5 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente

GESTÃO PÚBLICA

Região Carbonífera terá plano de transição energética

Governo gaúcho apresentou sua estratégia de descarbonização para o Rio Grande do Sul

O governo do Estado apresentou no início de junho a sua estratégia de descarbonização. Além do estímulo ao hidrogênio verde, há subsídio para consumidores que adotem matriz energética de fontes renováveis e incentivos fiscais para atrair e estimular novos negócios que usem

energia limpa desde o início.

Também foi tratada no evento a situação da Região Carbonífera, notadamente o município de Candiota, onde estão duas usinas termelétricas a carvão que ainda estão em operação. Pensando em uma transição energética justa, um estudo está em andamento com foco na região e deve ficar pronto ao fim deste ano.

Na defesa do governador Eduardo Leite, “a transição energética justa é aquela que

tem a preocupação de promover a descarbonização sem esquecer que há pessoas, famílias, dependentes de uma economia que se estabeleceu em outros tempos e não pode ser encerrada de forma abrupta”.

A iniciativa visa a garantir que a mudança para um modelo energético mais sustentável, com menos dependência de combustíveis fósseis, seja feita de forma justa e equitativa para as comunidades que dependem economicamente



Termelétrica Candiota 3 é uma das usinas movidas a carvão no Rio Grande do Sul

dessa indústria.

Em reunião pública em Candiota, no início de abril, houve o lançamento de uma consulta pública (com prazo até o final de maio) com o objetivo de coletar contribuições da comunidade. A oportunidade de participação popular, por meio de contribuições diretas

na formatação do plano, engloba as regiões do Estado onde a cadeia carbonífera está presente: a Campanha Gaúcha e o Baixo Jacuí. O plano está sendo elaborado pelo Consórcio Waycarbon-Centro Brasil no Clima, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema).

Roadmap Climático: painel avança na radiografia do Estado

O conteúdo do Roadmap Climático dos municípios gaúchos é um dos principais avanços capitaneados pelo governo do Estado um ano depois da enchente histórica de maio de 2024, conforme a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema).

Trata-se de uma plataforma digital, lançada em novembro, que oportuniza um diagnóstico detalhado das ações climáticas locais a fim de guiar a execução de políticas públicas futuras. A plataforma é alimentada por informações enviadas pelas Comissões Municipais

de Mudanças Climáticas instituídas. Os dados são lançados automaticamente no sistema, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e a Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), por meio da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE). O Roadmap Climático foi dos projetos selecionados pelo Conselho Consultivo do Future Fund, vinculado à Under2, para receber recursos internacionais. A plataforma foi desenvolvida em oito eixos: administrativo, governança,

inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), análise de riscos e vulnerabilidade, plano de ação climática, educação para a sustentabilidade, atos normativos, programas e projetos.

O conjunto de dados colhidos até aqui deixa evidente o tamanho do desafio que se tem pela frente a fim de garantir a integralidade da resiliência pretendida para o enfrentamento das mudanças climáticas. A seguir, confira alguns destaques desse levantamento, bem como outras iniciativas públicas avaliadas pela Sema como conquistas na área.

Alguns dados do Roadmap Climático (até 28 de maio de 2025)

- Do total de 497 municípios gaúchos, o painel reúne informações de 404. Destes, 384 já decretaram situação de emergência ou calamidade em decorrência de eventos climáticos nos últimos 5 anos. E 395 enfrentaram situação de emergência climática nos últimos 5 anos mesmo sem decreto.
- 287 possuem uma comissão de mudanças climáticas;
- 325 não têm conhecimento sobre o que é um inventário de gases de efeito estufa (GEE), 402 nunca realizaram inventário nem receberam capacitação para isso;
- 401 não contam com dados ou estudos sobre as projeções de mudanças climáticas para o território;
- Em 337, não foram implementadas ações específicas de adaptação para lidar com os riscos climáticos identificados;
- Apenas em 34 municípios existe política ou plano específico para lidar com os riscos e vulnerabilidades climáticas;
- 61 afirmam ter algum currículo escolar específico sobre educação ambiental e mudanças climáticas nas escolas locais;
- 369 ainda não aderiram a algum acordo ou compromisso vinculados às mudanças climáticas;
- Apenas 19 dizem desenvolver programas e projetos, em nível local, com objetivo de mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas.

Projeto Reflora

Mais de 6 mil mudas de 30 espécies florestais nativas do Rio Grande do Sul, dos biomas Pampa e Mata Atlântica, vão ser plantadas no Estado. Lançado no final de março, o projeto visa a recuperar a flora nativa afetada pelas enchentes e deve durar três anos. No primeiro ano, será realizada a identificação das árvores danificadas, o mapeamento da localização das espécies e a produção de porta-enxertos. No segundo, ocorrerá a coleta do material genético e o início do processo de enxertia e de desenvolvimento de mudas. Por fim,

no terceiro ano será realizado o plantio das mudas.

O Reflora conjuga as secretarias da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) e do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), em parceria com a CMPC, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e diversas instituições de ensino públicas e privadas gaúchas. O investimento é de R\$ 7,5 milhões (R\$ 2,86 milhões da CMPC, R\$ 2,34 milhões da Embrapii e R\$ 2,30 milhões de contrapartida econômica da UFV).

AdaptaCidades

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul deverá contar com o maior número de cidades contempladas no AdaptaCidades, uma iniciativa do Programa Cidades Verdes Resilientes, anunciada em fevereiro, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e apoio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e Cidades. Na prática, as capacitações chegariam a mais de 40% dos municípios gaúchos. Segundo Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), cerca de metade das associações manifestou interesse em aderir, enquanto a outra metade ainda não respondeu formalmente – e estão sendo contatadas novamente. O prazo para envio dos termos municipais de adesão assinados é até 15 de junho. As capacitações ocorrerão pelo período de três anos.

O Plano Rio Grande e o meio ambiente

Confira os projetos voltados a uma melhor preparação para futuros eventos climáticos e o seu status um ano após a enchente:

- Desassoreamento dos rios (eixo 1): R\$ 300 milhões (em andamento);
- Dragagem das hidrovias: R\$ 731 milhões (em andamento);
- Recuperação e manutenção da rede de estações hidrometeorológicas: R\$ 1,2 milhão (em andamento);
- Serviço de radar meteorológico: R\$ 25,94

- milhões (em operação);
- Três novos radares: R\$ 186,5 milhões (em contratação);
- Revisão dos planos diretores de municípios afetados pelas águas: R\$ 3,1 milhões (em andamento);
- Batimetria e topografia dos rios: 45,9 milhões (em vias de assinatura de contrato);
- Modelagem hidrodinâmica: R\$ 12,1 milhões (em vias de assinatura de contrato)
- Estação de medição da qualidade do ar: R\$ 275 mil (realizado)
- Mapeamento topográfico: Sem edital (em planejamento)



CONJUNTURA

Economia de baixo carbono deve orientar negócios

Emissões de gases do efeito estufa vêm registrando leve queda no Rio Grande do Sul

Para a especialista sênior em políticas climáticas do Instituto Talanoa, Marta Salomon, a maior parte das empresas e dos negócios não está preparada para a urgência no corte de emissões de gases de efeito estufa e promoção de maior resiliência. “A transição para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas deve orientar os negócios por um motivo simples: não existe outro planeta habitável”, resume Marta.

Organização sem fins lucrativos, o Instituto Talanoa ajuda a fiscalizar a implementação

de metas climáticas e avaliar o impacto das políticas públicas nesta área. Também faz o monitoramento de dados sobre as emissões de gases poluidores.

“No Rio Grande do Sul, as emissões vêm apresentando ligeira queda nos anos recentes, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Mas boa parte dos municípios ainda não tem capacidade de lidar com eventos extremos”, ressalta a analista. Ela cita que estudos realizados após as enchentes do ano passado, mostraram que a crise climática aumentou em mais de duas vezes a probabilidade de ocorrência de chuvas extremas.

Isso ajuda a explicar porque

o Instituto tem defendido que não haja investimentos sem análise prévia de risco. “Isso vale para o setor público e também para o privado. Construir uma hidrelétrica numa região que sofrerá por falta de chuvas não faz sentido. Investir em negócios que aumentam as emissões de gases de efeito estufa, muito menos”, explica.

Ela salienta, porém, que a enchente de 2024 também deixou uma lição: “Trata-se de uma oportunidade para a economia que emita menos carbono e que seja mais resiliente”. Ao lembrar as metas assumidas pelo País, ela cita o papel da agropecuária. “O processo digestivo do gado e o uso de fertilizantes são grandes fontes de emissão de gases.”

Expectativa sobre a COP30

O que diz Marta Salomon, especialista sênior em políticas climáticas no Instituto Talanoa, jornalista especializada em políticas públicas, mestre e doutora em desenvolvimento sustentável:

“Espera-se que o Brasil tenha habilidade para conduzir debates bastante complicados, não só pelo agravamento dos impactos do aquecimento global como pelo contexto geopolítico.

A COP30 precisa terminar com avanços significativos dos compromissos dos países e partes na Convenção do Clima da ONU, de forma a garantir emissões líquidas zero até 2050 ou o quanto antes, para determos a escala de danos. É fundamental que

as negociações avancem para implementar algo que foi definido em 2023, na COP de Dubai, um roteiro claro para a transição para longe dos combustíveis fósseis o mais rapidamente possível.

É preciso completar um roteiro para aumentar o financiamento climático, sobretudo a países mais pobres, na escala de trilhão de dólares, tarefa que ficou incompleta na COP de Baku, em 2024. E, finalmente, é urgente promover um grande chamado para a adaptação às mudanças climáticas, não só para evitar desastres na escala que tivemos no Rio Grande do Sul, mas para garantir a produção de alimentos e de energia de fontes renováveis”.



Knowledge grows

Desde 1905 cultivando um futuro alimentar positivo para a natureza

Nossos fundadores enfrentaram e venceram a escassez de alimentos na Europa. Com colaboração e curiosidade, ajudaram a salvar a vida de milhões de pessoas.

Desde então, temos desenvolvido soluções que melhoram e aumentam a produção global de alimentos de forma mais sustentável. É nossa missão continuar esse legado e alimentar o mundo e proteger o planeta de forma responsável.

Yara
120 anos





Pensar a cidade

Bruna Suptitz
contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



COP30: o que é e o que esperar da Conferência do Clima no Brasil

País recebe pela primeira vez reunião das Nações Unidas para debater o aquecimento global e as consequências das mudanças climáticas

Há 30 anos, representantes de quase todos os países do mundo se reúnem para estabelecer, em conjunto, maneiras de “estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera para prevenir uma interferência perigosa da atividade humana no sistema climático”.

A frase em destaque faz parte do documento de criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC na sigla em inglês), que teve como berço a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro – também conhecida como Cúpula da Terra e ECO-92 – e entrou em vigor em 21 de março de 1994.

Em 1995 foi realizada em Berlim, na Alemanha, a primeira edição da Conferência das Partes (COP, na sigla em inglês) para o Clima. As partes são os países que participam. Desde então a reunião acontece anualmente, carregando no nome o número da edição correspondente. A única exceção foi em 2020, devido à pandemia de Covid-19, quando a COP26 prevista para aquele ano foi adiada para 2021.

Em 2025, o Brasil sediará a 30ª Conferência das Partes, a COP30, em Belém, capital do estado do Pará. Será a primeira vez que a reunião acontece em solo brasileiro e também em meio à floresta amazônica.

O embaixador André Corrêa do Lago é o presidente designado para a COP30. A diretoria executiva é da economista e cientista política Ana Toni.

COP30
BRASIL
AMAZÔNIA
BELÉM 2025



Cidade de Belém, capital do estado do Pará, será a sede da COP30; essa será a primeira conferência do clima no Brasil e em uma cidade da Amazônia

Completa a equipe da presidência da COP30 o empresário gaúcho Dan Ioschpe, nomeado pela presidência da República como “Campeão do Clima”, que tem a missão de conectar o trabalho dos governos com ações voluntárias e colaborativas de cidades, regiões, da iniciativa privada e de investidores.

A COP30 será entre 10 e 21 de novembro e reunirá líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil. Para o Brasil, sediar a conferência representa a oportunidade para reafirmar o papel do país como liderança nas negociações sobre mudanças climáticas

e sustentabilidade global.

Para a edição deste ano, entre os temas apontados como os principais estão: redução de emissões de gases de efeito estufa; adaptação às mudanças climáticas; financiamento climático para países em desenvolvimento; tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono; preservação de florestas e da biodiversidade; e justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas.

Para firmar acordos, as negociações são feitas por representantes dos governos nacionais e por negociadores que representam órgãos não-governamentais. O cumprimento dos acordos são implementados por todas as esferas de governo, incluindo os regionais (estados) e locais (municípios), com participação da iniciativa privada.

Mudanças climáticas no RS

Os eventos climáticos extremos registrados no Rio Grande do Sul entre 2023 e 2024 causaram mortes, perdas materiais, destruição de cidades e da natureza. Enxurradas e inundações somaram mais de 10 episódios no intervalo de um ano.

Em contraponto à chuva, dados do governo do Estado apontam seis anos de

estiagem severa em território gaúcho nas últimas duas décadas – média de uma a cada três anos. Para que a recuperação da rotina da população, a reconstrução das cidades e a retomada da economia sejam resilientes, é preciso considerar o impacto da mudança do clima na tomada de decisões por governos e pela iniciativa privada.

5 de junho, meio ambiente e clima

Em 1972, mais de uma centena de países enviaram representantes à cidade de Estocolmo, na Suécia, para participar do primeiro encontro global a debater a interferência humana na natureza. O início foi em 5 de junho, data de referência para a criação do Dia Mundial do Meio Ambiente. Aquela foi a primeira vez que o mundo debateu em conjunto o aquecimento do planeta e as possíveis consequências para o clima.



Entenda os principais conceitos

ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, e é formada por países-membros que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais. Hoje reúne 193 nações.

COP

Conferência das Partes, chamada pela sigla em inglês COP. A COP do Clima é o maior evento global para discussão e negociações sobre as mudanças climáticas. O encontro é realizado anualmente, organizado pela ONU.

Tempo (meteorológico)

O tempo é o estado da atmosfera em um momento específico e curto, conforme definido pelos vários elementos meteorológicos, incluindo temperatura, precipitação, pressão atmosférica, vento e umidade. É a informação dada na previsão do tempo.

Clima

Clima são as condições meteorológicas médias para um determinado local durante um longo período, variando de meses a anos, décadas, séculos ou eras.

Efeito Estufa

O efeito estufa é um processo natural do planeta Terra para reter na atmosfera a temperatura necessária às condições de vida.

Gases de Efeito Estufa (GEEs)

São gases que, com alta emissão, intensificam o efeito estufa por meio da retenção de calor na atmosfera, provocando o aumento das temperaturas – o aquecimento global. São também chamados de gases poluentes. O dióxido de carbono (CO₂) é o que mais contribui para agravar o efeito estufa e é proveniente principalmente do desmatamento e da queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral ou natural).

Outros cinco gases compõem os GEEs: o metano, oriundo principalmente de atividades agropecuárias e dos sistemas de produção de energia; o óxido nitroso, também das atividades dos sistemas agroalimentares; o hidrofluorcarbono e perfluorcarbono, ambos usados pela indústria de refrigeração e aerossóis; e o hexafluoreto de enxofre, composto sintético usado na produção de energia elétrica.

Aquecimento global

É o aumento da temperatura média do planeta a longo prazo. A referência é a média até o período pré-industrial (século XVIII), a partir disso se intensificou a emissão de gases poluentes na atmosfera, devido principalmente ao uso de combustíveis fósseis. A concentração desses gases intensifica o efeito estufa.

Mudanças climáticas

São as mudanças no padrão do clima a longo prazo. O aquecimento global interfere e intensifica os fenômenos relacionados às mudanças climáticas, provocando, por exemplo, ondas de calor extremo e inundações devastadoras.

IPCC

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) é o órgão da ONU que avalia cientificamente as mudanças climáticas. Criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o IPCC tem como objetivo fornecer, a todos os níveis de governos, informações que possam ser usadas para desenvolver políticas climáticas. Isso é feito em relatórios que sintetizam estudos científicos realizados em todo o mundo.

Acordo de Paris

Pacto firmado na COP21, na França, que estabelece metas de longo prazo para orientar todas as nações na tentativa de frear uma catástrofe climática.

1,5°C

O Acordo de Paris estabeleceu como meta manter, até o fim do século, o aumento da temperatura média do planeta a 2°C, com esforço para limitar em 1,5°C. A medida é considerada necessária para evitar o agravamento dos impactos das mudanças climáticas.

Recordes de temperatura

Em 2015 o mundo registrou pela primeira vez temperatura média de 1°C acima do nível pré-industrial. Em 2024, atingiu a média de 1,5°C, mesma definida pelo Acordo de Paris como meta para o fim do século. Em 2025, mais um recorde: o mês de janeiro mais quente já registrado, com a temperatura média do planeta 1,75°C acima da medida de comparação.

NDC's

A cada cinco anos, os países signatários do Acordo de Paris devem atualizar as suas metas individuais de redução global da emissão de gases de efeito estufa com foco nos 10 anos seguintes, com base em dados atualizados pela ciência climática no período. O documento recebe o nome de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC em inglês) e está na sua segunda revisão.

Net-zero

Nome em inglês para emissões líquidas zero. É quando as emissões de gases de efeito estufa pelo ser humano são compensadas pela remoção de quantidade equivalente às emitidas em um determinado período de tempo.

(Informações adaptadas da ONU)

Conferências do Clima

COP1 - Berlim

Entre março e abril de 1995 é realizada a primeira edição da Conferência das Partes para o Clima.

COP3 - Quioto

Em 1997 é elaborado o Protocolo de Quioto, primeiro tratado complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, definindo metas de redução de emissões de poluentes para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo.

O acordo criou um mercado de créditos de carbono, em que países com emissões reduzidas ganham créditos e podem vendê-los a nações mais poluentes. Na COP18, em Doha, no Catar, foi firmada uma emenda ao Protocolo de Quioto, adotando um novo período de compromisso climático pelos países. Assim como fez recentemente com o Acordo de Paris, o governo dos Estados Unidos também saiu do Protocolo de Quioto.

COP11 - Montreal

Embora tenha sido elaborado e apresentado em 1997, na COP3, o Protocolo de Quioto entrou em vigor apenas em 2005. Assim, a COP11, realizada no Canadá, foi a primeira Conferência das Partes após a entrada em vigor do acordo. A reunião serviu para consolidar a implementação do protocolo e discutir os próximos passos após o fim do primeiro período de compromissos.

COP21 - Paris

Para enfrentar as mudanças climáticas e seus impactos negativos, os líderes mundiais firmaram em 2015, durante a COP21, na França, o Acordo de Paris, mais ambicioso e abrangente que o Protocolo de Quioto. O pacto estabelece metas de longo prazo para orientar todas as nações na tentativa de frear uma catástrofe climática.

Cria, ainda, a obrigação para que todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, apresentem periodicamente "Contribuições Nacionalmente Determinadas". Como as contribuições são definidas por cada país, respeitam a realidade nacional e a soberania de cada nação.

COP26 - Glasgow

Realizada depois de 20 meses de pandemia, após ser adiada em 2020. Nessa edição foi lançada a chamada "Agenda de Ação". Trata-se de um conjunto de iniciativas voluntárias de ação climática que buscam mobilizar diferentes atores, incluindo governos nacionais e subnacionais (estados e municípios), setores privados e organizações da sociedade civil. A ideia é mobilizar parcerias voltadas à implementação de soluções concretas no combate à mudança do clima.

COP30 - Brasil

Pela primeira vez uma Conferência do Clima será realizada no Brasil, e a escolha do governo federal foi por realizar o evento em uma cidade Amazônica. Existe a possibilidade de que um novo acordo entre as partes seja firmado, mas não se descarta a manutenção do Acordo de Paris seguir como referência para as negociações.

.....	Berlim, Alemanha	•	1995
	Genebra, Suíça	•	1996
.....	Quioto, Japão	•	1997
	Buenos Aires, Argentina	•	1998
	Bonn, Alemanha	•	1999
	Haia, Países Baixos	•	2000
	Marraquexe, Marrocos	•	2001
	Nova Deli, Índia	•	2002
	Milão, Itália	•	2003
	Buenos Aires, Argentina	•	2004
.....	Montreal, Canadá	•	2005
	Nairóbi, Quênia	•	2006
	Bali, Indonésia	•	2007
	Poznânia, Polônia	•	2008
	Copenhague, Dinamarca	•	2009
	Cancún, México	•	2010
	Durban, África do Sul	•	2011
	Doha, Qatar	•	2012
	Varsóvia, Polônia	•	2013
	Lima, Peru	•	2014
.....	Paris, França	•	2015
	Marraquexe, Marrocos	•	2016
	Bonn, Alemanha	•	2017
	Katowice, Polônia	•	2018
	Madri, Espanha	•	2019
.....	Glasgow, Escócia	•	2021
	Sharm El Sheikh, Egito	•	2022
	Dubai, Emirados Árabes	•	2023
	Baku, Azerbaijão	•	2024
.....	Belém, Brasil	•	2025

Jornal do Comércio 92 ANOS

O jornal de economia e negócios do RS

Acompanhe o Mapa Econômico do RS

O Jornal do Comércio realizou ao longo de 2023 e 2024 um raio-x da economia do Rio Grande do Sul. O Mapa Econômico do RS mostrou oportunidades e desafios ao desenvolvimento econômico do Estado, com um panorama das principais cadeias produtivas gaúchas, tendências e dados sobre os 497 municípios gaúchos.

Em 2025, o projeto será realizado nas cidades de Bagé (junho), Lajeado (julho) Garibaldi (agosto), Cruz Alta (outubro) e Porto Alegre (novembro), trazendo indicadores sobre a economia das regiões.

MAPA ECONÔMICO DO RS

2025

Indicadores do presente, tendências para o futuro.



Escaneie o QR Code e veja como foram as edições de 2024.



Entre em contato e saiba como participar do projeto

(51) 3213.1338
comercial@jornaldocomercio.com.br

Media partner



Patrocínio

